

CONTAS PÚBLICAS

União, estados, municípios e empresas estatais economizam R\$ 9,6 bilhões além do estabelecido no acordo com o Fundo Monetário Internacional. É o maior resultado desde o início do Plano Real, em 1994

Arrocho muito acima da meta

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

A pesar do aumento real pouco superior a 10% nos gastos do governo federal, o Brasil cumpriu com folga a meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem considerar os encargos com juros da dívida) acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2004. A economia de recursos do setor público (União, estados, municípios e empresas estatais) atingiu R\$ 81,112 bilhões, ficando 13,4% (R\$ 9,612 bilhões) acima dos R\$ 71,5 bilhões definidos no acordo (4,25% do Produto Interno Bruto — PIB) com o Fundo. O resultado foi superior, inclusive, aos R\$ 79,2 bilhões (4,5% do PIB) definidos voluntariamente pelo governo como meta de superávit para o ano passado. Os R\$ 81,112 bilhões representaram 4,61% do Produto, o melhor resultado anual desde 1994, quando foi editado o Plano Real.

Segundo o chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Luiz Sampaio Malan, o superávit primário decorreu, principalmente, da arrecadação recorde registrada no ano passado. Ele disse que, mesmo com o aumento dos gastos, especialmente na área social, em programas como o Bolsa-Família e a Agricultura Familiar, o governo federal manteve firme o compromisso de manter as contas públicas equilibradas. Tanto que, em dezembro, mês em que, tradicionalmente, a União contabiliza déficit por causa do pagamento de férias e do 13º salário do funcionalismo, houve superávit de R\$ 3,633 bilhões no caixa do Tesouro Nacional. “O compromisso do governo com o ajuste fiscal é firme”, afirmou.

Peso dos juros

O superávit recorde não foi, no entanto, suficiente para cobrir integralmente a conta de juros da dívida. Essas despesas somaram R\$ 128,256 bilhões, absorvendo 7,29% do PIB, a soma de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano. As despesas com juros em 2004 foram menores que as de 2003, quando atingiram R\$ 145,205 bilhões. Mas o processo de redução dos gastos com juros praticamente acabou, diante da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de aumentar a taxa básica (Selic) a partir de setembro do ano passado.

A cada ponto percentual de aumento da Selic, as despesas com juros aumentam 0,29 ponto do PIB no prazo de um ano. Ou seja, como a taxa básica passou de 16% para 18,25% ao ano, a conta de juros já foi impactada em pelo menos R\$ 12 bilhões ao longo de 2005. Só esse aumento adicional é equivalente a quase todo o dinheiro que o governo terá para investimentos neste ano, depois de feitos os ajustes no Orçamento aprovado pelo Congresso.

As despesas com juros têm sido tão pesadas, que o país continua registrando déficit nominal

quando os encargos da dívida entram nos cálculos das contas públicas. No ano passado, o buraco bateu em R\$ 47,144 bilhões, o equivalente a 2,68% do PIB. Esse número, no entanto, deve ser comemorado, na avaliação de Luiz Malan, pois representa o melhor resultado da série histórica iniciada pelo BC em 1991. Até então, o menor déficit nominal havia sido registrado em 2001 — 3,6% do PIB.

Dívida

A melhor notícia das contas públicas em 2004, na opinião do econo-

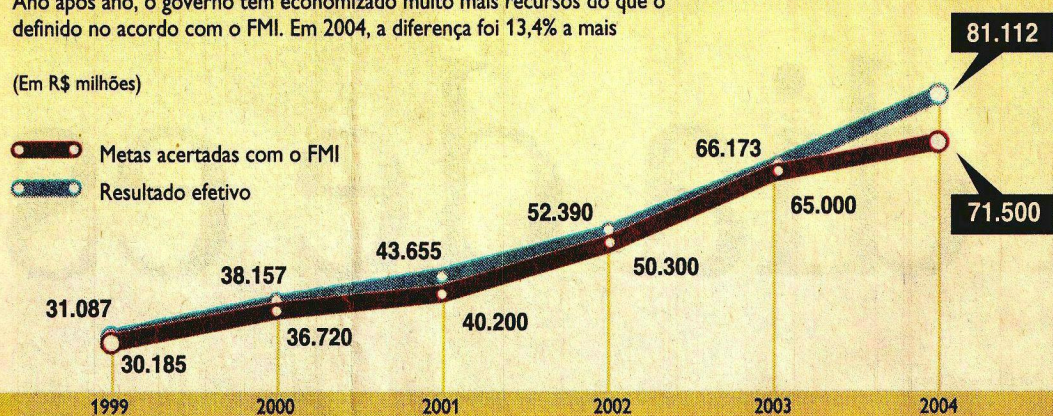
O TAMANHO DO ESFORÇO FISCAL

Superávit primário

Ano após ano, o governo tem economizado muito mais recursos do que o definido no acordo com o FMI. Em 2004, a diferença foi 13,4% a mais

(Em R\$ milhões)

Metas acertadas com o FMI
Resultado efetivo



Gastos com juros (Em R\$ milhões)

No ano passado, as despesas com a dívida pública caíram um pouco, mas ainda consumiram 7,29% do PIB

2002	114.004
2003	145.205
2004	128.256

Dívida líquida (Em R\$ milhões)

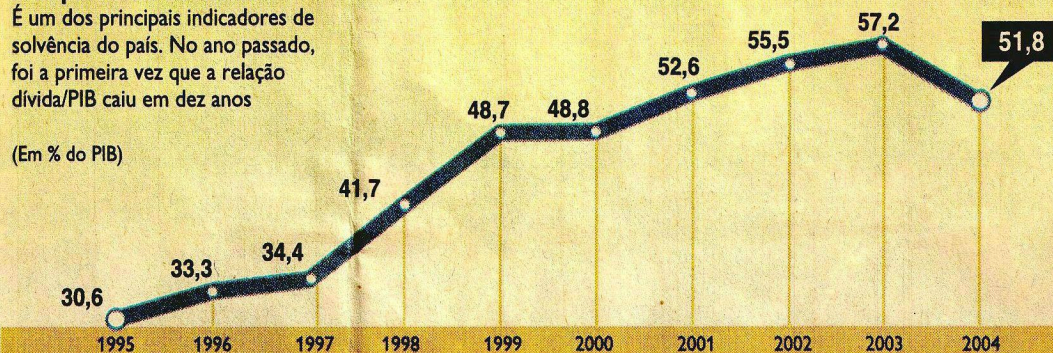
Em valores nominais, a dívida continua crescente, porque os gastos com juros são maiores que o superávit primário

2002	881.108
2003	913.145
2004	956.996

A importância da dívida

É um dos principais indicadores de solvência do país. No ano passado, foi a primeira vez que a relação dívida/PIB caiu em dez anos

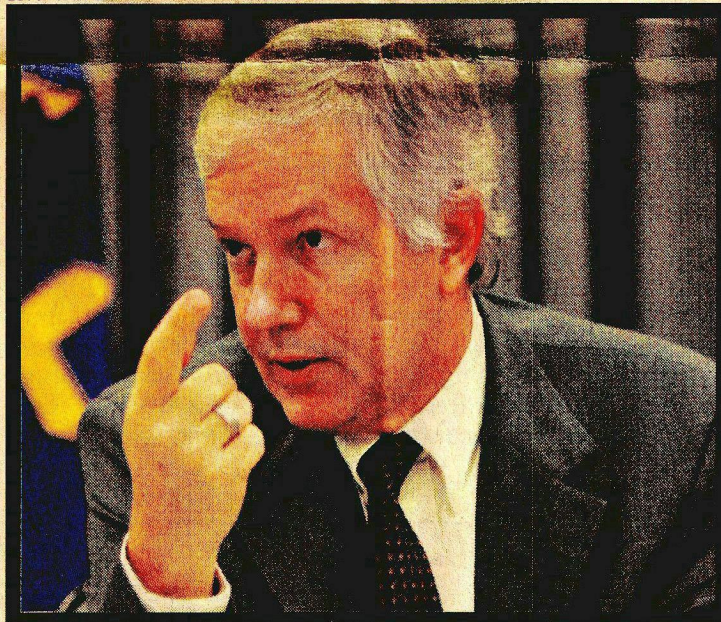
(Em % do PIB)



Fonte: Banco Central.

Editoria de Arte

Ed Ferreira/AE



LUIZ MALAN, DO BC: SUPERÁVIT DEVE-SE À ARRECADAÇÃO RECORDE

mista do BC, foi a queda na relação entre a dívida pública e o PIB: de 57,2%, em 2003, para 51,8%.

“Foi a primeira vez, desde 1995, que essa relação caiu”, disse Malan. “Os 51,8% são o menor pata-

mar verificado desde o ano 2000”, acrescentou. A comemoração só não foi maior porque os dados preliminares de janeiro mostram que a relação entre a dívida e o PIB voltou a subir, para 52,1%, reflexo da alta dos juros. De acordo com Malan, a inversão dos juros está clara. A taxa efetiva Selic, que corrige a dívida, caiu de 16,72% em setembro para 16,10% ao ano em novembro, mas subiu para 16,25% no mês passado.

No entender de Malan, não é correto definir uma tendência para a dívida com base em informações de curtíssimo prazo. “Quero dizer que a queda na relação da dívida com o PIB é sustentada e vai se consolidar no longo prazo, devido à manutenção do superávit primário em 4,25% do PIB”, assegurou. Tal relação é apontada pelos especialistas como um dos pontos de vulnerabilidades do país e um dos principais indicadores usados pelas empresas de rating para definir a

COMPARAÇÃO

O que poderia ser feito com os R\$ 128,2 bilhões gastos com juros no ano passado

- Pagar todos os 23,1 milhões de benefícios do INSS em 2004, que totalizaram R\$ 128,7 bilhões
- Ampliar em 64 vezes os investimentos em saneamento básico, que somaram R\$ 2 bilhões em 2004
- Construir 7,1 milhões de moradias para a população de baixa renda — cada imóvel custaria, em média, R\$ 18 mil. É um volume maior que o déficit de moradias no país, estimado em 6 milhões de casas
- Triplicar o orçamento do Ministério da Saúde previsto para este ano, de R\$ 39,2 bilhões